

Aspectos de crenças de tradutores em formação

[*Aspects of beliefs from translation students*]

DÉBORA MENDES NETO

Mestranda em Letras: Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil; CAPES.

[deboramn@hotmail.com]

RESUMO

Este artigo apresenta alguns dos resultados de uma pesquisa que procurou identificar algumas das crenças características de tradutores em formação do curso de Bacharelado em Tradução, de uma universidade pública brasileira, buscando as possíveis relações de tais crenças com a formação específica que esses aprendizes vêm recebendo, tendo como base as teorias e conceitos propostos pela literatura especializada da área de Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas Estrangeiras e à Tradução.

Palavras-chave

Formação de tradutores; Crenças em tradução; Ensino-aprendizagem de tradução.

ABSTRACT

This paper presents some of the results of a research that has tried to identify some of the characteristic beliefs of translators who are attending a course in Translation in a Brazilian public university. It aims to investigate the possible relations between beliefs and the specific formation that these learners have received, based on some theories and concepts proposed by the Applied Linguistics specialized literature on Second Language Teaching and on Translation.

Key-words

Translators' training; Beliefs in translation; Translation teaching/learning.

Introdução

Ao longo de meu processo de formação como tradutora, tenho observado que muitas de minhas ações e das de meus colegas são baseadas em conceitos e/ou preconceitos que não possuem um embasamento científico; ou seja, elas se baseiam em crenças provenientes de um contexto sociocultural muitas vezes externo ao ambiente acadêmico.

Felix (1998, p. 26) define o termo crenças como sendo “opiniões adotadas com fé e convicção baseadas em pressuposições e elementos afetivos que se mostram influências importantes para o modo como os indivíduos aprendem com as experiências e caracterizam a tarefa de aprendizagem”.

Segundo Pajares (1992), os teóricos, em sua grande maioria, concordam que as crenças são criadas pelo acultramento e pela construção social aos quais as pessoas são submetidas ao longo de suas vidas. Assim, as crenças tanto podem ter sua origem em experiências pessoais quanto em generalizações de cunho social e cultural.

Desta forma, podemos constatar que a todo o momento somos submetidos a muitos processos que podem nos levar à formação e/ou substituição de nossas crenças, tidas até então como estáticas. As crenças são mutáveis, sendo assim submetidas a avaliações e análises críticas durante toda a vida do indivíduo e, logicamente, isso também se aplica às crenças que temos acerca da tradução.

Segundo Pagano (2000, p.11), “no caso do aprendiz de tradução, essas percepções [as crenças] filtram as formas de pensar e abordar a tradução”, resultando em um efeito bastante significativo no desempenho do tradutor-aprendiz e nos trabalhos que ele irá desenvolver ao longo de sua formação.

Pode-se dizer então que as crenças sobre tradução desempenham um papel social, uma vez que, “além de influenciar o desempenho do tradutor, elas também determinam a forma como a sociedade em geral tende a avaliar a tradução como profissão e o tradutor como agente dessa atividade” (PAGANO, 2000, p. 11).

Desta forma, a análise das crenças de tradutores em formação representa uma ferramenta de grande relevância para compreensão das inúmeras variáveis que permeiam o processo tradutório, contribuindo assim para os estudos da Tradução.

Neste artigo, descrevo a pesquisa por meio da qual busquei investigar as crenças recorrentes de alunos de um curso de Bacharelado em Tradução, bem como as possíveis influências que tais crenças podem exercer sobre a visão desses futuros tradutores acerca do processo tradutório. Tais reflexões partem dos dados obtidos por meio de um questionário respondido

pelos aprendizes contendo questões dissertativas e de múltipla escolha sobre aspectos diversos da tradução e desenvolvem-se com base nos estudos de autores como Arrojo (1986), Pagano (2000), Venuti (2002), Gonçalves e Machado (2006), entre outros.

1 Considerações teóricas

Pagano (2000) afirma que todo aprendiz possui uma série de crenças a respeito do processo de aprendizagem, e são esses pressupostos que determinarão as estratégias e os recursos que ele utilizará para resolver os problemas que surgirem ao longo de seu aprendizado. Desta forma, as crenças sobre a tradução e o tradutor seriam “todas aquelas percepções que se tem sobre o que seja traduzir, o que é uma boa tradução, o papel do tradutor, etc.” (PAGANO, 2000, p.11).

Pode-se afirmar que, ao longo do processo tradutório, o tradutor se depara com diversas dúvidas e perguntas que são solucionadas de diferentes maneiras. Muitas dessas questões são resolvidas de forma automática, com base nos conhecimentos prévios e experiências anteriores do tradutor. Há, ainda, algumas que são solucionadas de maneira semiconsciente e outras que dependem do planejamento consciente das decisões a serem tomadas. Assim, verifica-se que “há uma relação estreita entre as crenças do aprendiz, as estratégias que ele escolhe e utiliza e o maior ou menor sucesso de seu desempenho” (PAGANO, 2000, p. 20).

É comum encontrarmos alunos que ingressaram no curso de Tradução baseando-se na crença de que possuem aptidão para o aprendizado de línguas e por acreditarem que a profissão de tradutor será capaz de mantê-los em contato com diferentes culturas e desafios. Pode-se afirmar que esses alunos fizeram uma boa escolha, se considerarmos o importante papel desempenhado pela tradução em nossa sociedade.

Além disso, muitos desses alunos, ao fazerem sua opção, concebem a tradução como um processo de transferência de material textual de uma língua para outra, refletindo assim a visão de teóricos como Catford (1980, p.22), para quem a tradução representava “a substituição do material textual de uma língua pelo material equivalente em outra língua”.

De certo modo, a função do curso de Tradução é levar os alunos a refletirem sobre questões desse tipo, fazendo com que os aprendizes percebam que a tradução vai muito além desta perspectiva que, embora seja de grande valor histórico, limita a tradução a um processo linguístico, no qual, na maioria das vezes, não são consideradas as habilidades e os recursos

utilizados pelo tradutor, tampouco os aspectos contextuais que são extremamente necessários à prática tradutória.

Neste sentido, cabe destacar a afirmação de Martins (2006, p. 39) de que “a única abordagem realista do ensino da tradução envolve o desenvolvimento, nos aprendizes, de um aparato crítico que lhes permita descobrir que tipo de estratégia deve ser empregado em cada projeto tradutório que decidirem realizar”.

Essa abordagem de ensino da tradução visa à reflexão e à conscientização do tradutor/aprendiz sobre a importância e as dificuldades da atividade tradutória, evidenciando o fato de que não existem fórmulas mágicas para o aprendizado da tradução. Para que se atinja esse “aprendizado reflexivo”, torna-se necessário então que o aluno esteja consciente dos processos que realiza ao traduzir um texto, crença essa que vem sendo bastante difundida pelos teóricos e profissionais desse campo de estudos, tais como Martins (2006) e Pagano (2000).

Apesar dos avanços teóricos no campo do ensino da tradução, observa-se que ainda não existe um consenso em relação às habilidades, conhecimentos e competências necessárias ao tradutor, como afirmam Gonçalves e Machado (2006, p. 46).

Essa falta de consenso também é evidenciada pelas diferentes crenças sobre abordagem teórica e/ou prática do ensino da tradução. Na *Literatura da Tradução*, encontramos teóricos como Paulo Rónai (1981, p.110), que defendem uma abordagem prática do ofício da tradução, ou seja, “a tradução aprende-se traduzindo”. Outros, como Schäffner (2000), discordam dessa perspectiva e argumentam a favor de uma prática reflexiva, isto é, um ensino que enfatize a reflexão sobre os processos práticos, com base nas teorias.

Arrojo (1986, p. 10) define a tradução como “uma das mais complexas de todas as atividades realizadas pelo homem” e diz que ela “implica necessariamente em uma definição dos limites e do poder dessa capacidade tão ‘humana’ que é a produção de significados”. Tendo em vista a complexidade da atividade tradutória, surgem várias crenças sobre os recursos que o tradutor deve utilizar ao realizar seu trabalho e sobre as habilidades que esse profissional deve possuir e/ou desenvolver ao longo de sua formação e prática cotidiana.

Rónai (1981), dentro de uma concepção tradicionalista da tradução, resume em três as qualidades que um tradutor deve apresentar. Segundo ele, o tradutor deve possuir conhecimento profundo de sua língua materna, conhecimento suficiente da língua estrangeira, para que desconfie de “cada vez que a compreensão insuficiente de uma palavra ou de um trecho obscurece o sentido do conjunto” (p. 28), além de ter *bom senso*, para que esteja sempre

ciente de que o texto de partida tem um sentido original e que, muitas vezes, a solução encontrada para a tradução não corresponde ao sentido da língua-alvo. Robinson (1997) enfatiza que o tradutor deve ser capaz de adquirir conhecimento e desenvolver as habilidades que lhes são necessárias para atingir a eficácia e a automaticidade necessárias à profissão.

Embora essas sejam habilidades importantes para o tradutor, com as mudanças impostas pelas exigências da sociedade contemporânea, percebe-se que elas representam apenas parte dos conhecimentos e habilidades que o tradutor deve possuir. Uma das mudanças mais radicais e irreversíveis na sociedade atual é caracterizada pelo importante papel que a tecnologia passou a desempenhar em todos os campos de estudos. Gonçalves e Machado (2006) destacam que a tecnologia, que antes era considerada apenas como uma ferramenta auxiliar para a tradução, tornou-se um instrumento essencial da profissão, uma vez que “a incapacidade de lidar com tais instrumentos, na maioria das vezes, pode inviabilizar a inserção do tradutor no mercado” (p.58).

Entre as habilidades necessárias ao tradutor, cabe ressaltar a habilidade de leitura, fundamental para a tradução. Eco (1986) afirma existir uma relação dialógica entre o texto e o leitor, enfatizando o fato de que o texto só vai se concretizar realmente a partir da leitura do receptor, que é responsável pela construção do sentido a partir de suas inferências e verificação de hipóteses. Essa visão do processo de leitura apresentada por Eco desmistifica a crença de que o texto é estático, e de que ele se encontra pronto, acabado, cheio de significados e intenções em si próprio. Desta forma, tal qual Benjamin (2000), admite-se que os significados dos textos não são encontrados em frases e palavras isoladas, mas na relação delas entre si, com o leitor e com o contexto no qual o texto se insere.

Outra discussão bastante recorrente nos estudos da tradução é a que envolve a relação entre texto-fonte e texto-alvo. Ao analisar a questão do texto fonte, Arrojo (1986) parte da concepção de tradução de Octavio Paz (1971), para quem a tradução é uma espécie de recriação, constituindo assim um texto único.

Mesmo considerando a tradução como uma atividade de recriação, essa “recriação” parte de um texto-fonte, e para que a tradução seja de fato relevante para o leitor em língua-alvo, torna-se fundamental que todos os componentes significativos do original alcancem a língua-alvo, sendo, assim, inteligíveis a esse leitor.

Seguindo tal raciocínio, Arrojo questiona a crença tradicional de que a tradução constituiria uma simples transferência de significados, ou seja, uma tarefa meramente mecânica, crença essa difundida por teóricos como

Nida (1975, *apud* Arrojo, 1986), que considera a tradução como o transporte de significados de uma língua para outra, e Tytler (1791, *apud* Arrojo, 1986), para quem as boas traduções deveriam atender a três princípios básicos: a reprodução total das idéias, do estilo e da fluência e naturalidade do texto original. Diante das reflexões propostas pela autora, conclui-se que a tradução não é capaz de recuperar a totalidade do “original”, uma vez que é o fruto de uma leitura interpretativa de um texto. Assim, reafirma-se o conceito de que um texto não possui significado fixo, estável: seus significados sempre vão depender do contexto em que ele ocorre.

No que se refere ao contexto, pode-se dizer que, em seu trabalho, o tradutor lida com idiomas de diferentes povos e esse fato coloca a atividade tradutória na arena dos assuntos ético-políticos, como afirma Spivak (2000), uma vez que, na tradução, a língua desempenha o papel de agente na representação de pensamentos e intenções contidas em um texto originalmente escrito em língua estrangeira. Desta forma, podemos dizer que a tradução envolve não só conhecimentos semânticos e sintáticos, mas também aspectos socioculturais da língua. Além disso, o tradutor deve levar em consideração os aspectos contextuais em que o texto-fonte foi produzido, bem como a possibilidade de uma mesma idéia poder adquirir diferentes significados quando traduzida em outra língua.

Essa relação entre texto e contexto – tanto do texto original e o contexto de sua produção quanto do texto traduzido e o contexto da tradução – remetem-nos a questões relacionadas à autoria. Para Rodrigues (2000, p.205), “o texto traduzido é ‘outro’ texto, que mantém outro tipo de relações entre os elementos, exatamente porque as coerções impostas pelas línguas levam a diferentes possibilidades de contextualizações, de remissões, de encaideamentos, de atribuição de valores entre os elementos”. Venuti (2002) enfatiza que, ao considerarmos o status da tradução em relação ao texto fonte, muitas vezes a autoria é definida como originalidade, enquanto a tradução é encarada como sendo uma “imitação” de outro texto.

Para amenizar a crença socialmente difundida de que a tradução representa uma espécie de imitação do texto-fonte é que, segundo Venuti (2002), em vários casos, o tradutor “domestica” o texto, ou seja, ele procura ocultar as marcas que caracterizam um texto como sendo uma tradução, fazendo com que valores dominantes na cultura da língua-alvo sejam assimilados e o texto traduzido passe a ser encarado como se fosse o original.

Venuti (2002) acredita que a tradução ainda é considerada por vários estudiosos contemporâneos como um texto que não oferece uma compreensão verdadeira do texto estrangeiro e, assim sendo, não oferece contribuições válidas à literatura doméstica e estrangeira. O autor destaca que essa

postura reflete uma espécie de veneração pelas línguas e literaturas estrangeiras e faz com que os erros e imprecisões das traduções sejam corrigidos em conformidade com padrões eruditos, “excluindo outras leituras possíveis do texto estrangeiro e outros públicos possíveis” (VENUTI, 2002, p. 69).

Tendo em vista tais considerações, observa-se o papel importante das crenças na formação do tradutor. A partir das bases teóricas aqui mencionadas é que se deu a observação e análise das crenças encontradas nas respostas dos informantes ao questionário desta pesquisa, a discussão acerca de suas variáveis e as possíveis interferências na formação desses futuros tradutores.

2 Metodologia

A metodologia desta pesquisa encontra-se dividida em duas partes: a primeira parte consiste na investigação das crenças de 15 alunos que se encontram entre o quarto e o décimo períodos de um curso de Bacharelado em Tradução, através de dados coletados a partir de um questionário em que os participantes responderam a questões abertas e de múltipla escolha e comentaram certas afirmações sobre a tradução. Já a segunda parte, incluiu a análise e discussão de tais dados com base em informações bibliográficas.

Foi distribuído aos alunos do curso citado um questionário constituído de quatro diferentes partes: a primeira parte buscava obter dados sobre a formação de cada um dos participantes da pesquisa, para que assim fosse possível delimitar de forma mais detalhada o perfil dos alunos em relação à competência lingüística e experiência em tradução, bem como os parâmetros que seriam utilizados para a avaliação e discussão das diferentes crenças. Na segunda parte, os informantes deveriam responder a questões de múltipla escolha, justificando sempre que possível as alternativas escolhidas. Essas questões abordavam alguns pontos relevantes do processo de ensino/aprendizagem da tradução. Na terceira parte, foi pedido aos alunos que classificassem algumas afirmações acerca do processo tradutório, utilizando-se do seguinte critério: [C] *Concordo*, [CP] *Concordo parcialmente*, [D] *Discordo* e [NS] *Não sei responder*, justificando as respostas sempre que possível. Todas as afirmações contidas no questionário foram cuidadosamente selecionadas a fim de abordar aspectos relacionados diretamente ao processo de formação de tradutores e aos procedimentos próprios utilizados usualmente por cada informante ao traduzir. Na quarta e última parte do questionário, foi pedido aos alunos que definissem a tradução e dissessem se essa definição modificou-se desde que ingressaram no curso.

Assim, encontrei meios que me permitiram detectar algumas crenças dos alunos sobre o aprendizado da tradução, bem como analisá-las e discutí-las, no intuito de que as reflexões propostas pudessem proporcionar, não só aos alunos como também aos professores e a outros profissionais da área, uma visão mais clara das interferências que essas crenças exercem sobre o processo tradutório de forma geral e, também, para que possam servir como fonte de dados para futuras pesquisas na formação de tradutores.

3 Crenças e seus aspectos

Neste momento, apresento a análise e discussão de parte dos dados obtidos através dos questionários respondidos pelos alunos do Bacharelado em Tradução.

Os quinze informantes demonstram em suas repostas acreditar que somente a formação recebida no curso não é suficiente para que se sintam seguros como profissionais da tradução, crença essa que evidencia a necessidade da formação continuada, ou seja, da constante busca por informações que a profissão de tradutor exige.

Neste sentido, as respostas nos mostram que eles acreditam serem necessários diferentes meios para aprimorar os seus conhecimentos acerca da língua com a qual vão trabalhar.

Outro aspecto analisado pelas respostas do questionário é que a grande maioria dos participantes da pesquisa (13 dos 15) considera que o ensino da tradução deve ter um caráter abrangente, tanto prático como teórico. Eles acreditam que prática e teoria completam-se e estão intimamente relacionadas, partilhando, assim, da mesma perspectiva apresentada por Martins (2006) e Pagano (2000), que se posicionam a favor de um aprendizado da tradução que proporcione meios para que os alunos reflitam sobre suas práticas, tendo como base a teoria.

Apenas dois informantes apresentaram respostas totalmente divergentes dessa posição, afirmando acreditar que o ensino da tradução deve ter um caráter mais prático. No caso de um desses alunos, pode-se constatar que essa crença parece estar baseada em experiências anteriores, uma vez que ele próprio relata conhecer tradutores que fazem seu trabalho sem o auxílio da teoria e que acredita que com ele também acontecerá da mesma forma. Já o outro informante afirma que a teoria contribui, mas só a prática traz a experiência necessária.

Esse tipo de crença também pode ser encontrado no trabalho de Rónai (1981, p. 19), que afirma que o ensino da tradução deve se basear em

exemplos concretos, visando a “flexibilizar a mente do tradutor e mantê-la em estado de alerta para que saiba lembrar precedentes ou, se for o caso, inventar novas soluções”.

Cabe ressaltar aqui que, como bem afirma Pagano (2000, p. 27), a tradução é uma tarefa que requer “reflexão consciente do tradutor, acerca das etapas que são percorridas ao longo do processo tradutório, as decisões que devem ser tomadas e as ações que devem ser executadas para se garantir um bom desempenho”. Assim, torna-se fundamental que o estudo da teoria seja combinado à prática, no intuito de se obter uma formação consciente e abrangente.

No que se refere às habilidades consideradas necessárias ao tradutor, os informantes, de forma unânime, afirmaram que o tradutor deve possuir vários conhecimentos lingüísticos em língua materna: conhecimentos sintáticos, semânticos e gramaticais, domínio dos diferentes gêneros de linguagem e gêneros textuais, além de conhecimentos socioculturais (SCHÄFFNER, 2000).

Entre essas habilidades, ao discutir a competência linguística, um dos participantes destaca que para ser um bom tradutor é necessário “ser um bom leitor em língua materna”. Sobre esse aspecto, Vizioli e Ascher (1993, p. 18) afirmam que “seria ingênuo e simplista estabelecermos normas de leitura que contassem com a possibilidade do resgate total dos significados ‘originais’ de um texto, ou das intenções do autor”.

Seguindo o conceito apresentado por Ducrot (1972) de que um texto distingue-se de outros tipos de expressão por sua maior complexidade, que se encontra justamente no fato do texto ser entremeado por lacunas (não ditos), partilho da mesma concepção expressa por Eco (1986, p. 37) nos seguintes termos: “o texto é um mecanismo preguiçoso (ou econômico), que vive da valorização de sentido que o destinatário ali introduziu”. Desta forma, pode-se afirmar que esse informante que enfatizou a necessidade do aperfeiçoamento por parte dos tradutores da habilidade de leitura em língua materna apresenta a crença de que a leitura é um processo interativo no qual o leitor não apenas busca sentidos, mas também, como afirmam Vizioli e Ascher (1993, p. 18), produz sentidos a partir de informações que lhe são únicas – crenças pessoais, representações, conhecimentos de mundo, etc.

Observando as informações fornecidas, percebe-se que os alunos têm bem clara a noção de que, para se traduzir bem, somente os conhecimentos de uma língua estrangeira não são suficientes, mas deve-se conhecer bem a língua para a qual se traduz, nesse caso a língua materna, crença esta que é extremamente positiva na atividade tradutória. Ao considerar os conhecimentos em língua estrangeira, a maioria dos alunos afirma que são

necessários os mesmos conhecimentos já assinalados como necessários em língua materna.

Quanto aos conhecimentos relacionados a aspectos psicofisiológicos – que, segundo Gonçalves e Machado (2006, p.65), seriam “componentes menos sistematizáveis, como a intuição, o bom senso, a sensibilidade artística, entre outros” –, um grande número de informantes (sete) não os consideraram como necessários ao tradutor. Essas respostas corroboram a crença explicitada por Gonçalves e Machado (2006, p. 66) de que

aspectos dessa natureza talvez precisem de maior aprofundamento e sistematização nos estudos da cognição e, especificamente, da Psicologia, sendo ainda bastante difícil e complexo para os cursos de tradução desenvolverem em seus alunos características tão subjetivas quanto essas.

Entre aqueles informantes que consideram os conhecimentos psicofisiológicos como necessários, foram mencionados os aspectos relacionados ao controle emocional, demonstrando que esses alunos acreditam que a profissão de tradutor é estressante e que os tradutores devem saber trabalhar sob pressão. Essa crença se justifica ao observarmos o mercado da tradução: na maioria das vezes, exige-se que do tradutor uma eficiência sobre-humana, como afirma Venuti (1993).

Embora não sejam considerados como aspectos psicofisiológicos, um dos informantes da pesquisa cita “imparcialidade e ética” como sendo conhecimentos fundamentais ao tradutor. O conceito de imparcialidade na tradução pode ser questionado se tomarmos como procedentes crenças como aquela explicitada por Arrojo (1986, p. 44) ao mencionar que o tradutor “será fiel não ao texto ‘original’, mas àquilo que consideramos ser o texto original, àquilo que consideramos constituí-lo, ou seja, à nossa interpretação do texto de partida, que será sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos”. Assim, o tradutor inevitavelmente fará inferências e transferências e imputará à obra, mesmo que de forma inconsciente, parte de seus próprios valores e concepções (BODERNAVE, 1991).

Nas respostas dos participantes é recorrente a crença de que para se tornar tradutor não é preciso “dom” especial, mas sim prática, dedicação e treino. Neste sentido, eles acreditam que algumas pessoas têm maior facilidade para realizar o trabalho de tradução, embora, ainda assim, seja preciso estudar e aprender determinadas técnicas.

Essas respostas refletem a crença de que a tradução não representa uma arte, tampouco um dom, mas sim uma atividade que requer diversos conhecimentos e habilidades do tradutor, que “precisa estar sempre se qualificando e se aprimorando” (PAGANO, 2000, p. 27).

Alguns dos informantes (oito alunos) parecem entender a tradução como uma atividade de transferência e/ou substituição de significados, uma vez que afirmam que o tradutor necessita apenas de conhecimentos lingüísticos e o auxílio de um bom dicionário para realizar seu trabalho.

As respostas dos demais alunos corroboram a crença de que o bom tradutor deve saber buscar informações nas mais diversas fontes, além de saber se documentar para facilitar futuros trabalhos. Percebe-se também que muitos dos alunos acreditam que os conhecimentos lingüísticos nas línguas de trabalho e a própria habilidade de pesquisa são apenas parte das múltiplas habilidades e instrumentos dos quais o tradutor deve dispor. Eles afirmam serem necessários também os conhecimentos teóricos, além do conhecimento das tecnologias disponíveis, tais como softwares, computadores, fóruns de discussão, etc.

Quanto ao tempo gasto na realização das traduções, a grande maioria dos alunos (12) acredita que ela não deve ser necessariamente um processo rápido, sem demanda de esforço. Ao observarem-se as razões apresentadas, destaca-se a justificativa de que a tradução, assim como afirma Arrojo (1986), é uma atividade complexa, e, assim sendo, demanda esforço, tempo, pesquisa e revisões. Verifica-se aqui que os aprendizes estão conscientes do importante papel desempenhado pelo tradutor e das inúmeras variáveis que estão envolvidas no processo tradutório.

Para esses aprendizes, a qualidade e confiabilidade das traduções parecem estar diretamente relacionadas ao tempo que foi gasto em sua realização. Um dos informantes afirma que “o tradutor pode até traduzir com certa rapidez, mas ele deve continuar sendo sério e honesto”. Aparentemente, não existe relação direta entre a velocidade com que a tradução é realizada e a não confiabilidade de uma tradução. O que se percebe é que a velocidade de uma tradução vai depender de certos aspectos, como grau de experiência e conhecimentos do tradutor acerca do assunto abordado pelo texto fonte, prazos de entrega estabelecidos pelo cliente, etc. A meu ver, seriedade e honestidade são características que todos os tradutores devem desenvolver em sua formação, independentemente do tipo de tradução que realizam e/ou pretendem realizar.

A maioria dos alunos (10 dos 15) acredita que o fator “equivalência” na tradução depende de aspectos muitas vezes externos ao texto como, por exemplo, os objetivos que se tem ao se realizar determinada tradução. Os informantes acreditam também que essa equivalência não se restringe aos aspectos lingüísticos e textuais, abrangendo também aspectos socioculturais.

Tal crença parece corroborar a perspectiva apresentada por Arrojo (1986, p. 12), quando esta afirma que “o fundamental no processo de tradução é que

todos os componentes significativos do original alcancem a língua-alvo, de tal forma que possam ser usados pelos receptores”. A esse respeito, Pagano (2000, p. 15) acrescenta que

podem ser realizadas diferentes traduções de um mesmo original de acordo com os objetivos pretendidos, o público-alvo, a função que se busca atribuir ao texto traduzido e outros fatores mercadológicos ou não que participam das decisões a serem tomadas na recriação de um texto numa nova língua e cultura.

Desta forma, observa-se que, ao questionarem o conceito de equivalência, esses aprendizes demonstram acreditar que a tradução não é uma atividade de mera transferência de significados e que “nenhuma tradução pode ser exatamente fiel ao ‘original’ porque o ‘original’ não existe como um objeto estável, guardião implacável das intenções originais do autor” (ARROJO, 1986, p. 19).

Ao serem questionados sobre o reconhecimento recebido do tradutor em relação ao do autor do texto-fonte, sete dos informantes afirmaram que o tradutor merece reconhecimento pelo trabalho que realiza (muito mais do que vem recebendo atualmente), mas que esse seria um reconhecimento totalmente diferenciado do da autoria, afirmação que reforça a crença de que o tradutor nem sempre recebe reconhecimento pelo seu trabalho e muitas vezes nem é notado.

Apesar desse estado de “invisibilidade” ser incômodo a muitos tradutores, no outro extremo encontram-se aqueles profissionais e leitores que consideram a falta de marcas características em uma tradução como sinônimo de um trabalho bem realizado. Este é o processo de “domesticação”, descrito por Venuti (2002), em que o tradutor procura apagar as diferenças linguísticas e culturais do texto-fonte, fazendo com que o texto traduzido pareça ter sido escrito originalmente na língua-alvo.

Oito informantes acreditam que o tradutor merece o mesmo reconhecimento do autor do texto-fonte, uma vez que o trabalho de tradução é tão complicado quanto o de escrita. Essa é uma crença evidente no trabalho de Arrojo (1986, p.76), pois ele considera a tradução como uma atividade produtora de significado e o trabalho do tradutor “tão complexo quanto o do escritor de textos ‘originais’”.

Outra consideração relevante encontrada na justificativa de um dos participantes é a de que o reconhecimento é justo, uma vez que o tradutor responde pelos “efeitos” de sua tradução, assim como o autor pelos “efeitos” do texto fonte. Tomando como base os comentários feitos por Venuti (1993), pode-se dizer que, quando o tradutor deixa o papel de mero transportador de significados, ele passa a assumir a responsabilidade autoral que lhe cabe,

ou seja, ele passa a admitir e a tomar para si a responsabilidade das interferências que inevitavelmente produz e os direitos que lhe cabem pela autoria da tradução. Contudo, para que este reconhecimento seja atingido, é preciso que o tradutor lute pela maior profissionalização dos agentes desta atividade, buscando a regulamentação efetiva da atividade tradutória. Os informantes da pesquisa parecem conceber que a tradução não deve ser uma “cópia” do original, mas, sim, harmônica em relação a ele, destacando que ela deve constituir um processo criativo governado pelos objetivos aos quais se destina.

Dentre as várias crenças encontradas no que se refere ao status do texto traduzido em relação ao texto-fonte, pode-se destacar a crença no princípio de que a tradução representa um derivado do original e também de que a tradução só merece o mesmo status “se for tão boa quanto o original”. Nesse aspecto, Venuti (2002, p. 68) destaca que muitas vezes uma tradução é julgada com base em padrões eruditos, “excluindo outras leituras possíveis do texto estrangeiro e outros públicos possíveis”. Cabe ressaltar aqui que podem existir opiniões divergentes sobre a qualidade das traduções, uma vez que tal julgamento pode ser fruto de interpretações subjetivas e das crenças que cada indivíduo possui do que seja traduzir e de como esse processo deve ser realizado.

Considerações Finais

Neste trabalho, a partir do conceito de crenças apresentado por Felix (1998), Pagano (2000) e Barcelos (2001), foi possível perceber o quanto as crenças interferem no aprendizado do tradutor e a importância de seu conhecimento e análise crítica para o campo da tradução.

Assim, pode-se observar, a partir dos dados coletados, que os informantes da pesquisa se percebem não só como aprendizes de tradução, mas também aprendizes de línguas e culturas, na medida em que valorizam o contato e a constante busca por informações que a profissão de tradutor pode lhes proporcionar.

Esses aprendizes também possuem uma visão bastante realista da atividade tradutória e de seu mercado de trabalho, uma vez que admitem o estresse característico da profissão do tradutor, que é, na maioria das vezes, sobrecarregado de uma grande demanda de trabalho a ser realizado em um curto espaço de tempo, além da questão salarial, que, devido à falta de regulamentação da profissão, faz com que esse profissional nem sempre seja remunerado como deveria.

Outro aspecto positivo observado é que esses alunos acreditam que, para ser um bom tradutor, é preciso se aperfeiçoar constantemente, não só através da prática, mas também através da teoria. Essa visão demonstra de forma clara a necessidade de que os cursos de formação de tradutores proporcionem o contato com essas duas orientações didático-pedagógicas uma vez que, em seu dia a dia, esses profissionais precisarão de experiência nesses dois aspectos.

A crença no aprendizado reflexivo também proporciona ao profissional da tradução a possibilidade de entender melhor a atividade que realiza, os caminhos percorridos nessa tarefa e a razão das escolhas que efetua durante todo o processo tradutório. Somente a partir da reflexão e da tomada de decisões consciente é que se desenvolverá nesses aprendizes a segurança tão necessária (e que muitos informantes acreditam ainda não possuir) para a realização do trabalho de tradução.

Quanto às habilidades e conhecimentos necessários ao tradutor, vale ressaltar o importante papel exercido pela capacidade de leitura e análise crítica dos textos na tradução. O tradutor deve ser antes de tudo um bom leitor, não só em língua materna, mas também nas línguas para as quais traduz. Como bem afirma Arrojo (1986, p. 76), “aprender a traduzir significa necessariamente aprender a ‘ler’”, o que implica a produção de significados que sejam compreensíveis para o público alvo das traduções.

Soma-se a essa noção de contexto, a crença na equivalência linguística e contextual relatada pelos aprendizes. Observa-se que a maioria dos informantes, pelo menos em alguma das suas respostas, menciona a equivalência como sendo uma característica necessária às boas traduções. A meu ver, essa visão do conceito de equivalência é bastante positiva para os tradutores, uma vez que fará com que eles busquem diferentes alternativas para fazer com que sua tradução chegue aos leitores da forma mais inteligível possível.

É interessante notarmos que os chamados aspectos psicofisiológicos (GONÇALVES; MACHADO, 2006) ainda não constituem uma preocupação aparente nas crenças da maioria dos alunos pesquisados, fato este que explicita a necessidade de uma maior conscientização desses futuros tradutores quanto a essas características que, embora sejam de cunho subjetivo, mostram-se na prática essenciais ao bom desempenho do tradutor.

A grande maioria dos participantes da pesquisa (12) acredita que a tradução constitui uma atividade complexa. Essa é uma crença muito positiva, no sentido de que, ao admitir os esforços necessários e característicos da atividade tradutória, esses aprendizes deixam de buscar as tão sonhadas “fórmulas mágicas” para se traduzir, passando a buscar diferentes soluções, através da constante reflexão, para os problemas que encontram.

Esses mesmos participantes demonstram acreditar que a qualidade das traduções está diretamente relacionada ao tempo gasto em sua realização. A meu ver, essa é uma crença que tende a ser desmistificada com a prática e a reflexão, através das quais esses alunos perceberão que as complexidades da tradução se encontram, na maioria das vezes, não no texto-fonte em si, mas no perfil do tradutor, nas suas afinidades e nos conhecimentos e habilidades que esse possui mais ou menos desenvolvidos.

Os quinze informantes também acreditam que o tradutor e a tradução devem receber um reconhecimento e valorização maior do que vêm recebendo na atualidade. É importante que esses aprendizes tenham bem definidas as diferenças entre texto-fonte e tradução e suas respectivas autorias, para que possam reivindicar seus direitos e melhorias nas condições que lhe são impostas pelo mercado de trabalho.

Com base em todas as informações apresentadas aqui, pude perceber que o curso de tradução pesquisado contribui muito para a formação de tradutores mais reflexivos e conscientes do importante papel social que desempenham. Neste sentido, volto a afirmar que o estudo das crenças muito tem a contribuir para a tradução, principalmente para a área de formação de tradutores, uma vez que o reconhecimento e a análise crítica de tais crenças podem levar alunos, professores, pesquisadores e demais profissionais da área a refletirem sobre seus próprios conceitos, expectativas e posturas, possibilitando assim a expansão e o aprimoramento de suas habilidades e conhecimentos.

Referências bibliográficas

- ARROJO, R. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 1986.
- BENJAMIN, W. The task of the translator. 1968. In: VENUTI, L. (Ed.). *The translator studies reader*. Londres: Routledge, 2000. p. 15-25.
- BORDENAVE, M. C. R. Tradução: encontro de linguagens e ideologias. In: COULTHARD, M.; CALDAS - COULTHARD, C. R. (Org.). *Tradução: teoria e prática*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991. p. 47-54.
- CATFORD, J. C. *Uma teoria lingüística da tradução*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1972.
- ECO, Umberto. *Lecto in fabula: a cooperação narrativa dos textos interpretativos*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- FÉLIX, A. *Crenças do professor sobre o melhor aprender de uma língua estrangeira na escola*. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

GONÇALVES, José Luiz V. R.; MACHADO, Ingrid T. N. Um panorama do ensino de tradução e a busca da competência do tradutor. In: PAGANO, A.; VASCONCELLOS, M. L. *Cadernos de Tradução*. PGET/ UFSC: n. 17, 2006/1. p. 45-70.

MARTINS, Márcia A. P. Novos desafios na formação de tradutores. In: PAGANO, A.; VASCONCELLOS, M. L. *Cadernos de Tradução*. PGET/ UFSC: n. 17, 2006/1. p. 25-44.

NIDA, Eugene. *Language structure and translation*. California: Stanford University Press, 1975.

PAGANO, A. S. Crenças sobre a tradução e o tradutor. In: PAGANO, A. S., MAGALHÃES, C; M.; ALVES, F. *Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 7-28.

PAJARES, F. M. Teachers' beliefs and educational research: cleaning up a messy construct. *Review of Educational Research*, v. 62, n. 3, 1992.

PAZ, Octavio. *Traducción: literatura e liralidad*. Barcelona: Tusquests Editor, 1971.

ROBINSON, D. *Becoming a translator: an accelerated course*. London: Routledge, 1997.

RODRIGUES, C. C. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

RÓNAI, P. *A tradução vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

SCHÄFFER, C.; ADAB, B. (Ed.). *Developing translation competence*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2000.

SPIVAK, G. H. The politics of translation, 1992. In: VENUTI, L. (Ed.). *The translation studies reader*. Londres: Routledge, 2000. p. 394-416.

VENUTI, L. As relações perigosas entre teorias e políticas de tradução. In: ARROJO, R. *Tradução, construção e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 27-33.

VENUTI, L. *Escândalos da tradução: por uma ética da diferença*. Bauru: EDUSC, 2002.

VIZIOLI, P.; ASCHER, N. A que são fiéis os tradutores e críticos de tradução? In: ARROJO, R. *Tradução, construção e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 15-26.